

“CONHEÇA O NOVO CHEFE – IGUAL AO ANTIGO CHEFE”: A TRANSIÇÃO DA ÁFRICA DO SUL PELO EMBURGUESAMENTO

Ian Taylor¹

Com poucas e notáveis exceções, um celebre discurso construído sobre as ideias de “mudança” e de “novo” dominam as análises da transição da África do Sul. No entanto, posicionamentos alternativos são possíveis. Nesse sentido, é argumentado que os eventos do início da década de 1990, que conduziu ao fim, formal, do *apartheid*, podem ser vistos como um conglomerado de forças político-econômicas e sociais que estimularam a mudança para a direita das elites do Congresso Nacional Africano (em inglês *African National Congress-ANC*), ansiosas em dividir os benefícios das riquezas do país entre eles ao invés de reestruturar a política econômica da África do Sul para o benefício da maioria. O *emburguesamento* (em inglês *emborgeoisement*) é o conceito que postula a migração dos indivíduos dentro dos parâmetros da burguesia. O tipo de vida e os valores individualistas da classe média são adotados e há uma concomitante rejeição em comprometer-se com objetivos social e econômico da coletividade. O oposto de *emburguesamento* é a conscientização da classe trabalhadora.

O que era o ANC?

As bases para o subsequente *emburguesamento* das elites do ANC estão na natureza confusa e contestada da organização e de seus objetivos ideológicos. Quando o ANC foi reintegrado, em fevereiro de 1990, a organização não tinha políticas claras de corte econômico. Isso era uma consequência do fato de que “o ANC nunca articulou, no exílio, um claro programa para mudança econômica” (Waldmeir 1997, 253), quanto um “movimento cuja razão de existir, antes de 1990, era a libertação do

¹ School of International Relations, University of St. Andrews, Escócia. E-mail: ict@st-andrews.ac.uk

apartheid, não era surpreendente que formular [uma] estratégia econômica não fosse uma prioridade” (Ward in Toase and Yorke 1998, 38). Ao invés disso, a organização fiou-se quase misticamente nos princípios da *Freedom Charter*, de 1955 (1987, 673), que é vaga, mas sugestivamente distribuía slogans como:

As pessoas deverão partilhar da riqueza do país!

A riqueza nacional do nosso país, herança de todos sul-africanos, deverá ser restaurada para o povo;

A riqueza mineral encontrada em nosso solo, os bancos e as indústrias monopolistas deverão ser transferidas para a população como um todo; Todas as outras indústrias e o comércio deverão ser controlados visando o bem-estar da população;

Todas as pessoas deveriam ter direitos iguais para comercializar onde elas queiram fabricar e entrar em qualquer comércio, ofício e profissão.

A terra deveria ser dividida entre aqueles que trabalham nela!

A *Charter* comprometia o ANC no que mais tarde (na Conferência de Morogoro, em 1969) ficaria conhecida como “democracia nacional”. Isso foi essencialmente conceitualizada como eleições competitivas, profunda reestruturação econômica e melhorias de larga escala na situação da classe trabalhadora sul-africana e nos padrões de vida desta. A “nacional democracia” pós-*apartheid* era vista amplamente por segmentos do ANC como democracia socialdemocrata combinada com igualdade econômica. Durante grande parte do período de luta, era a *Freedom Charter* quem determinou os caminhos pelos quais a economia pós-*apartheid* seria estruturada. Enquanto isso, no papel e para muitos (ou maioria?) dos membros fundadores do ANC, a organização estava aparentemente comprometida com um misto de intervenção estatal e reforma socialista (ou ao menos socialdemocrata) dos alicerces da economia através da nacionalização. Esta orientação socialista era estimulada pelas ligações próximas entre ANC e o Partido Comunista da África do Sul (em inglês *South African Communist Party - SACP*).

Até aquele momento, a exata conduta utilizada pelo ANC para buscar tais objetivos, e o que exatamente as políticas econômicas de um governo do ANC iriam implementar, nunca haviam sido formalmente anunciadas. Em vez disso, fazendo eco aos comentários revolucionários de Marx sobre a França de 1848, em seus slogans propunham uma “formidável abstração dos antagonismos das classes [e uma] sentimental equalização dos interesses contraditórios das classes” (1935, 107). As razões por trás disso, era a diversidade de perfis dos membros do movimento. Essencialmente, era “propositadamente vaga a retórica anticapitalista, dando a liderança do ANC considerável derivação ideológica capaz de unir uma aliança definitivamente

instável de grupos de interesse que incluíam trabalhadores e pequenos empreendedores, cristãos e comunistas, desempregados e classe média, em torno do mesmo objetivo de desmantelar o *apartheid*” (Murrau 1994, 18).

O ANC sempre foi amplo. Até mesmo Nelson Mandela admitiu que o ANC era “unicamente unido por [sua] determinação em opor-se radicalmente a opressão” e esta era “a única coisa que nos unia... não havia nenhum questionamento de ideologia enquanto a odisseia do ANC era interessante, por que nenhuma questão acerca da ideologia iria dividir a organização entre superior e inferior” (Sparks 1991). Isso era refletido dentro da organização em duas amplas frações – socialista e burguesia africanista – que historicamente lutaram pela supremacia. Na Era Moderna, a burguesia africanista, elemento originariamente centrado na Liga da Juventude do ANC (formada em 1943-44) e nas figuras de Nelson Mandela, Walter Sisulu e Oliver Tambo, reuniu também às próximas gerações de líderes do ANC, como Thabo Mbeki, Mkhwanazi, Peter Mokaba and Joel Netshizenze. Tais figuras e suas ramificação sempre foram de alguma forma inquietas com os vínculos ANC-SACP (apesar de Mbeki ter sido membro da SACP).² Uma aversão às implicações socialistas de tal aliança deflagrou-se durante a luta de libertação – Mandela repetidamente afirmou que a *Charter Freedom* era simplesmente um projeto para o “capitalismo no estilo africano” (Mandela 1994, 527).

A conveniente e cínica utilização dos *slogans* do socialismo pela elite burguesa dentro do ANC era abertamente admitida por Mbeki, em uma entrevista ele ressaltou que era “muito fácil dizer que as pessoas vão dividir as riquezas do país. Isso é suficiente para os propósitos de mobilização e seu engajamento” (Murray 1993, 32). Obviamente Mbeki, em 1979, era também o principal oponente em ter o ANC declaradamente como um “movimento Marxista-Leninista” nos moldes da FRELIMO, argumentando que isso “era errado, a noção de que o ANC era um partido do socialismo” – uma posição estranha para um aparente comunista (*Sunday Times* 6 de junho de 1999).

A partir de uma análise de classe, os elementos africanistas dentro das forças de libertação representavam uma congregação nascente de africanos que se viam como herdeiros legítimos de uma nova burguesia negra pós-apartheid. Inclusive, o movimento da Consciência Negra, Steve Biko e companhia, que era baseado na classe média negra e tinha como apoio a inteligência negra e os estudantes universitários, nunca havia

2 Um amigo próximo de Mbeki, Willie Esterhuyse, afirmou que Mbeki “era os olhos e ouvidos de [Oliver] Tambo no comitê central [da SACP]” e deixou o partido “quando não havia mais perigo [de comunistas dentro do movimento de libertação]” (*Weekly Mail and Guardian* junho 18-24, 1999). A CIA reportou, em 1988, apoio a essa tese, argumentando que Tambo vinha “sutilmente reduzindo e canalizado a influência da SACP” (Sampson 1999, 388).

desenvolvido uma base de massa (Lodge 1983, 322-324). Como Blade Nzimande e Jeremy Cronin recentemente resumiram, “a causa de uma elite negra aspirante, um desconforto com o socialismo e a ‘indevida influência da esquerda’ dos não-africanos, [eram] as marcas dessa tendência” dentro do ANC (*Weekly Mail and Guardian* 10 de outubro de 1997).

Pode-se dizer que a aliança entre ANC e o SACP era, em grande parte, instável, uma vez que o movimento consistia em uma elite cujas aspirações centravam-se em torno do nacionalismo e não socialismo. Ao mesmo tempo em que essa ligação tinha um efeito radical do apoio dado pelo ANC, aumentando suas expectativas *vis-à-vis* uma reorganização socialista da sociedade. Não se pode simplesmente ignorar o fato de que os dados de 1985 apontam que entre 74% e 77% dos negros eram favoráveis ao socialismo como um princípio de organização da África do Sul no pós-apartheid (Meer 1987, 399); ou que em 1991, 67% dos delegados sindicais do Congresso da África do Sul de União do Comércio (em inglês *Congresso of South African Trade Unions* - COSATU) queriam a nacionalização das principais indústrias, enquanto apenas 17% apoiavam a privatização (Pityana and Orkin 1992, 67). Além disso, a liderança do ANC era extremamente atenta a tais impulsos – Oliver Tambo, contra todas as opiniões dadas, foi tão longe quanto para afirmar que “nosso povo vai decidir [na distribuição pós-apartheid], e eles não estão interessados em um Estado socialista” (Tambo 21 Janeiro de 1987 *apud* Sampson 1999, 362). A interação ANC-SACP possuía, assim, um conjunto de contradições dialéticas que lhe são inerentes e que foi refletido nas diferentes agendas da elite (ela mesma assunto para disputas intra-elite *vis-à-vis* as políticas) e em sua base de apoio.

Os constrangimentos da globalização e o colapso do comunismo no bloco do leste, contudo, resolveu uma potencial divisão dentro das forças de libertação, particularmente depois da SACP se encontrar diante das incertezas globais que afetaram todos os socialistas na época, o que parecia sugerir que não existia nenhuma alternativa aparente para a democracia capitalista (Manzo 1992). Isso serviu aos interesses daquelas correntes que evocavam o projeto o neoliberal. Como Habib (1998, 225) ressaltou:

[A] principal fonte ideológica disponível para atores que advogavam um programa econômico neoliberal era o aumento da hegemonia ideológica do mercado. Isso resultou do colapso do bloco comunista no leste europeu e da União Soviética. Esse colapso do comunismo assegurou que não havia discurso econômico alternativo ao do mercado [e o] mercado era celebrado como o único mecanismo racional para a produção e eficiente alocação de bens dentro e entre sociedades. A legitimidade do discurso do mercado [era] claramente evidente na África do Sul.

Tal desenrolamento do colapso do comunismo e do subsequente

compromisso pela manutenção das forças socialistas era refletido pela intervenção de Joe Slovo, em 1990, em sua dissertação intitulada de *O Socialismo Fracassou?* (Slovo 1990). Ainda que corretamente criticasse a tendência à burocratização e a falta de democracia tangível na economia do estilo-soviético centralizadamente planejado, seus efeitos práticos foram enfraquecer a confiança no movimento socialista e promover uma guinada para a direita do SACP com respeito ao eurocomunismo e até a social-democracia. Apesar de a tese de Slovo ter sido fortemente criticada por elementos esquerdistas dentro e fora do SACP e pelo elucidado apoio às lideranças como Jeremy Cronin, essa foi a “linha” aceita dentro da hierarquia do SACP. A intervenção de Slovo coincide com muitos líderes do ANC renunciando ao SACP, como Thabo Mbeki, Maharaj, Gill Marcus, Joel Netshitsenze, Aziz Pahad e assim por diante.

Ao passo que até mesmo essas grandes lideranças que permaneceram leais ao Partido, como Joe Slovo, sofressem uma metamorfose até, como um colega colocou, “que a única coisa vermelha no Joe era suas meias” (Matissonn 1998). A mídia de massa, que apoiava os interesses dos grandes empresários, gradualmente passou a procurar Slovo por garantias e foi raramente desapontada. Por exemplo, o *Financial Times* reportou a seus leitores que “construir o socialismo... não era um objetivo imediato do ANC, [disse] o senhor Slovo” e que Slovo passou a afirmar que “a economia da África do Sul, um dia depois da bandeira do ANC ser hasteada sobre os prédios da União, em Pretória, será exatamente a mesma que no dia anterior” (*Financial Times* 27 de fevereiro de 1990). Tal expressão serviu para acalmar os nervos de parte da elite arraigada no capital que, no começo do processo de transição, estava de alguma forma apreensiva com qualquer mudança das negociações com o ANC e seus aliados.

Esbarrando na direita

O primeiro esforço para resolver as futuras políticas econômicas do ANC pode ser encontrado na prescrição da Conferência de Harare, entre abril e maio de 1990, quando se retirou o bloqueio a organização. Esse documento, produto do projeto conjunto ANC\ COSATU, reservou ao Estado um “papel de liderança na reconstrução da economia voltada a facilitar a realização dos...objetivos desenvolvidos. Essas necessidades, de uma forma geral, eram de coordenação e planejamento macroeconômico” (Congresso Nacional Africano 1990, 12). De fato, no Estado pós-*apartheid* impulsos direcionados podiam ser manifestados pela extensão da propriedade pública, pela restrição da exportação de capital, pela regulação restrita dos conglomerados de minas e pela ênfase na poupança doméstica

como a principal forma de investimento.

Tal aparência de forte posicionamento igualitário era seguida pelo projeto do Manifesto Econômico do ANC (preparado na Conferência Nacional de 1991, mas não adotado), e pelo documento do ANC, *Pronto para Governar*, de maio de 1992. De acordo com Hein Marais (1998, 148), o documento Harare “em seus principais temas (e em muitos outros aspectos)... ecoou a política de trabalho feita pelo grupo de tendências econômicas da COSATU que, até aquele momento, havia sido responsável pelos esforços mais substanciais em desenvolver uma estratégia econômica coerente e ainda progressista”. A essência do Documento de Discussão era o comprometimento primordial com a reestruturação da economia. Contudo, as declarações prévias do ANC sobre economia eram vagas e imprecisas, e, assim como este Documento, permitiriam diferentes leituras, podendo deduzir “qualquer coisa entre intervenção extensiva do Estado e o convencional ajuste estrutural pelo livre-mercado” (Nattrass 1994a, 06).

O documento deliberadamente deu uma parte ativa aos membros do Estado no planejamento da futura estratégia industrial e também enfatizou a necessidade de reorganizar o setor financeiro (Departamento de Políticas Econômicas do ANC 1990). Tal programa, “iria incluir um direcionamento do investimento externo para áreas focadas da economia [e] as necessidades básicas não seriam encontradas através de “financiamento inflacionário”, mas por acompanhamento da poupança doméstica e crescimento dos índices de taxas corporativas” (Marais 1998, 148). Aparentemente, um desafio direcionado ao grande capital, o documento defendeu um rompimento das corporações massivas que dominavam (e efetivamente controlavam) a economia da África do Sul enquanto, rejeitava o capital familiar, demandava por baixos custos de trabalho (ibid.).

A mensagem do Documento basicamente se centrava no “crescimento pela redistribuição”. Tal programa econômico poderia, por exemplo, ser promovido pelo ANC refletindo o momento temporal muito adiantado no processo de transição. Isso foi antes da investida ideológica dos neoliberais, que essencialmente trabalharam nos efeitos da tomada de decisão das elites dentro do ANC e os afastaram da influência dos intelectuais de tendência esquerdista. Tal processo, análogo ao subsequente *emburguesamento* das lideranças do ANC, estava prestes a emergir.

Mudando mentes e corações

De fato, o pequeno espaço para as ideias baseadas em classes igualitárias não durou muito tempo. As prescrições do documento e, em

particular, a agenda de “crescimento por meio da redistribuição” foram imediatamente atacadas por um leque díspar de elementos pró-empresariado na mídia, por formadores de opinião política “independentes”, bem como, por muitos economistas conservadores. A tese defendida pelos opositores do crescimento por meio da redistribuição era de que o crescimento do gasto público, visando à redistribuição, levaria a inflação massiva e ao desastre. Em particular, a mídia pró-empresariado publicou uma série de artigos históricos sobre a “loucura” que era redistribuir a riqueza dos privilegiados, além de, cronicamente, desvantajosa. Por exemplo, o *Financial Mail* (18 de outubro de 1991) avisou que haveria “uma massiva perda de empregos, lojas ficariam esvaziadas de bens, habitações iriam cair em ruína, miséria e doenças iriam predominar – camarada Nelson, assim como o camarada Nyerere, da Tanzânia, vai dizer: “Desculpem-nos, cometemos um erro. Nós redistribuímos tudo que tínhamos”.

Seguido de perto pelo entendimento Gramsciano de como o senso comum é fomentado, tais intervenções da mídia simplesmente mascaravam alternativas à ortodoxia. Ao mesmo tempo, empreendiam um notável projeto de convencer as elites do ANC do quão tola era a aproximação da igualdade para a economia. O pensamento massivo de anti-intervencionismo acabou por influenciar o ANC, precipitando a partir daí um “passo para trás no comprometimento com alguma forma de socialismo” (Koelble 1999, 104). É importante notar que no início de 1991, Nelson Mandela estava ansiosamente acalmando Washington de que o ANC havia abandonado qualquer noção “radical” com relação ao nacionalismo, afirmando que “nacionalização é como a espada de Damocles pairando sobre aqueles que querem investir. Enquanto o nacionalismo for nossa política, nós não vamos atrair investidores” (*Financial Times* novembro de 1991).

No fim de maio de 1992, certamente, as diretrizes políticas do ANC não faziam alusão a formula do “crescimento por meio de redistribuição”, e “nos dois anos posteriores, o pensamento econômico do partido iria gradativamente carregar marcas do pensamento neoliberal. Ao passo que a desregulamentação, a privatização e a exportação passaram ser o carro-chefe do crescimento, ganhando força entre os líderes do ANC e seus assessores econômicos. A necessidade de estabilização macroeconômica passou a ser interpretada rigorosamente como demanda fiscal e monetária” (Marais 1998, 149-150).

Esse salto ocorreu por conta de vários fatores. Primeiramente, o colapso das economias socialistas existentes pós-1989, levou os intelectuais esquerdistas a um estado de desorganização e a sua aproximação daqueles que argumentavam que “não havia alternativa” ao capitalismo neoliberal do Oeste. Outros importantes aspectos que geraram efeitos relevantes foram

a falta de uma política macroeconômica coerente pelo ANC, enquanto a organização passava pelo processo de transição, e a suscetibilidade que esses intelectuais orgânicos inclinados ao neoliberalismo abriram. Assim como um analista afirmou: “o quão grande é o Departamento de Economia do ANC? Muitíssimo pequeno e muito novo em vários sentidos. E ainda há os capitães da indústria, com seus formuladores de pensamento que tem uma grande carga de estudos políticos vindo à tona. Isso pode ser sedutor” (Karl von Holdt *apud* Callinocos 1992, 57).

Na verdade, o Departamento de Economia do ANC foi subsequentemente criticado como “insuficiente, mal organizado, e sua liderança parece ter feito pouco ou nenhum esforço para mobilizar as fontes disponíveis com experiência relevante de algumas universidades” (Padayachee 1998, 433). Esta situação piorou pelo atraso na transferência do departamento de Lusaka (Zâmbia) para a África do Sul depois que o ANC foi reintegrado, em fevereiro de 1990 - um cenário “que significava que havia uma separação entre as estruturas políticas e os departamentos de pesquisa” (Ngoasheng 1992, 116).

Ao mesmo tempo, uma “ofensiva charmosa” foi lançada às elites do ANC pelo grande capital e seus aliados de classe, especialmente na imprensa e em vários grupos de reflexão, para “corrigir” qualquer tipo de heresia restante nas políticas econômicas do movimento e mostrar a fascínio de *emburguesar* à liderança do ANC. Na verdade, “o setor empresarial [veio] para desempenhar um papel nos assuntos nacionais, que é, sem dúvida, sem paralelo no mundo” (*Financial Mail* 29 de abril de 1994). Como uma análise observou, “o círculo coeso de associados juntamente com o círculo de apoiadores na mídia e na academia, agora se orgulham de ter ‘desmamado’ o ANC de suas fantasias econômicas do passado [e] das experiências frustradas” (Adam, Slabbert and Moodley 1997, 171).

Esse processo foi especialmente direcionado para Mandela e Thabo Mbeki³, figuras-chave na mudança de políticas do ANC, e era uma tática de construção da hegemonia em ambos os níveis, coercitivo e consensual. Coercitivo, pois táticas essencialmente de intimidação sobre a economia, estavam na ordem do dia. Por exemplo, o então Ministro das Finanças, Derek Keys, deu ao “cabeça” sobre economia do ANC, Trevor Manuel, informações sobre a economia, e Manuel repetiu para Mandela. “E eu fiquei assustado”, Mandela relembra. “Antes que Trevor terminasse, eu disse-lhe: Agora, o que isso significa, na medida em que as negociações estão em curso? Porque me parece que, se permitirmos que a situação continue... a economia será destruída” (Waldmeir 1997, 213). Mac Maharaj, do ANC, concordou

3 Mbeki foi chefe do Departamento de Assuntos Internacionais do ANC de 1989 até 1993, quando foi eleito presidente do ANC. Ele era o braço direito de Mandela durante a transição.

descrevendo a repreensão de Keys como “verdadeiramente devastadora” (O’Meara 1996, 412).

De igual modo, os meios de comunicação defensores do grande capital publicaram numerosos artigos, nesse período, dizendo que “uma economia mista [iria] colocar os interesses econômicos do país no mesmo tipo de perigo que o *apartheid* [havia] feito” (*Financial Mail* 11 de outubro de 1991). Esses fatores convenceram a muitos líderes do ANC de que não havia alternativa às políticas neoliberais. Como resultado, “os líderes do ANC [foram] preparados para abandonar velhas ideias e abraçar novos interesses que eles considera[vam] ser o seu próprio poder” (*Sunday Independent* 06 de junho de 1999).

Tais constrangimentos eram reais, especialmente porque o governo do Partido Nacional tinha aumentado o déficit orçamentário do país, de 0,9% do PIB, em 1989-90, para 10,8%, em 1993-94, através de uma “farra de gastos imprudentes” que teve suas raízes nas emergências dos anos 1980 (entrevista com Terreblanche 15 de julho de 1999). Nesse período, grandes quantias foram gastas em defesa e segurança, enquanto a corrupção tornou-se endêmica (ibid.). Combinado com uma política extravagante adotada no final do mandato, o Partido Nacional bombeou finanças extras aos fundos de pensão dos funcionários públicos, assim, o montante da dívida pública aumentou de cerca de R 100 bilhões para cerca de R 250 bilhões. Deve-se ter em mente que este aumento da dívida, de R 150 bilhões, poderia ter coberto as despesas com os serviços básicos da África do Sul por quase vinte anos (*Business Day* 15 de setembro de 1998). Criminalmente, no seu último ano no poder, o governo do Partido Nacional aumentou a dívida nacional em 60 bilhões de rands (*Sunday Times* 15 de maio de 1994). Ao fazer isso, o regime não permitia qualquer tentativa de um futuro governo do ANC circunscrever manobras com gastos a fim de redistribuir a riqueza, por exemplo, que levaria a inflação e ao enorme aumento da dívida. Foi uma jogada inteligente dos estrategistas em Pretória.

Os aspectos consensuais do processo de *transformismo vis-à-vis* a liderança do ANC foi ajudado por Mandela e sua aparente ansiedade de misturar-se com a elite privilegiada e aderir ao *emburguesamento* - “ele parecia mais à vontade com os banqueiros do que com os sindicalistas” (Sampson 1999, 434). Como coloca Waldmeir (1997, 256), Mandela “constantemente buscava o parecer dos empresários e banqueiros internacionais sobre o futuro da África do Sul. Ele cultivou relações estreitas com os principais empresários locais, ele passou as férias com o líder de uma das mais importantes mineradoras do país [e] entretido na casa de um dos empresários mais ostentosos de Johannesburgo... [Ele também] jantou regularmente com o patriarca Anglo, Harry Oppenheimer”. Em suma, “as

principais lideranças do ANC foram tomar as suas refeições de manhã à noite com os chefes da indústria” (entrevista com Terreblanche 15 de julho de 1999).

Os cenários definem a cena

A estratégia acima foi bem sucedida, como satisfatoriamente Oppenheimer afirmou em relação a este período: “quando você falava sobre o futuro do país, especialmente no lado econômico, [Mandela] dizia muitas coisas que me pareciam muito bobas, mas agora, ele diz muito menos” (Waldmeir 1997, 256). Essa atenção personalizada com a liderança do ANC foi combinada com uma infinidade de cenários de exercícios de planejamento corporativo, divulgados e promovidos de forma agressiva depois de 1990.

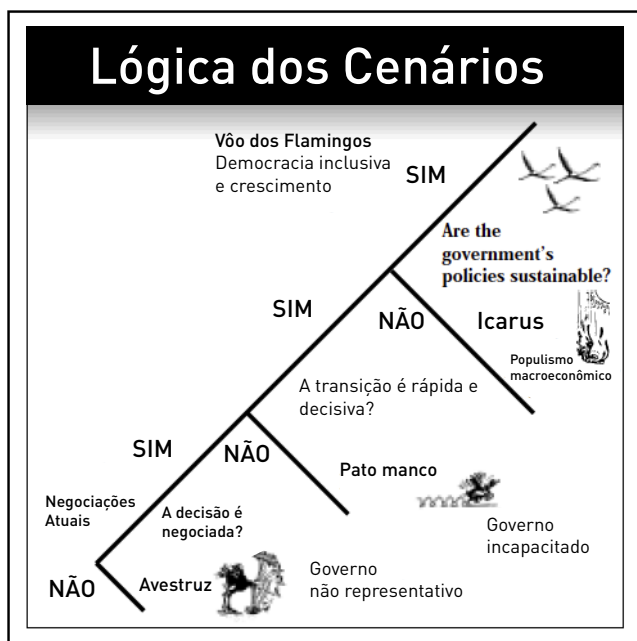
O primeiro foi de Nedcor/Old Mutual, *Perspectiva para uma Transição Bem Sucedida*, lançado em 1990. Entre janeiro de 1991 e junho de 1992, milhares de sul-africanos, independentemente do nível social e do ANC, assistiram à apresentação das Perspectivas (‘Prefácio’ Nedcor - Old Mutual Scenarios 1992). Seguido pelo cenário do conglomerado de seguros Sanlam, *Plataforma para Investimento*, e os cenários do social-democrata Mont Fleur. Outros cenários, como o da Câmara de Negócios Sul Africana, *Opções Econômicas para a África do Sul*, também foram brandidas dizendo-se oferecer cenários “realistas”. O processo pelo qual esses cenários passavam para introdução ao público era conduzido de forma a maximizar sua publicidade e seu impacto, como uma análise apontou:

A partir do final de 1990, sucessivas versões de cenários de planos têm sido tipicamente trazidos à atenção do público por rumores animados arduamente planejados em sessões policiadas a portas fechadas; seguida pelo vazamento selecionado para a imprensa (muitas vezes encobrendo as referências pela natureza confidencial e altamente sensível do processo); servindo como referência para a coleção impressionante e variada de novas elites sul-africanas que entusiasticamente recebiam previsões dos resultados do cenário; em seguida, por meio de mais apresentações para públicos diversos na rede corporativa; e, finalmente, por meio de pacote de vídeos onipresentes e em impressões (James Bond 1993, 3).

O perfil mais famoso nesta conjuntura de processo de transição foi o cenário de Mont Fleur, de agosto de 1992. Como muitos outros cenários desse tipo, Mont Fleur se deleitava com caricaturas simplistas destinadas a atrair a atenção do público. Em particular foi a sua demonização de um “governo popular eleito que tenta alcançar demasiadas coisas e depressa demais”, mas que sucumbiu ao “populismo macroeconômico”, em uma

linguagem simples, empurrava a linha ortodoxa (Mohr 1992, 34). Tal programa econômico foi denominado - “Icarus” e o voo do grego para o sol e depois desastre - foi espelhado no cenário de Mont Fleur com “o país [experimentando] uma crise econômica sem precedentes, resultando em colapso social e caos político” (ibid.).

Gráfico usado no cenário de Mont Fleur



A caracterização acima – como foi planejada - poderia dar uma profunda ideia sobre as elites do ANC. Logo após a apresentação, Tito Mboweni, principal porta-voz para os Assuntos Econômicos do ANC, salientou ao público que a organização iria evitar os “conglomerados do setor privado e ao longo do tempo destruiria todo o conjunto de equilíbrios macroeconômicos, levando ao declínio econômico acentuado e ao colapso - um tipo de Icarus do agora que, mais tarde, quebra” (Mboweni 1992, 42). Ao longo do desenvolvimento dos eventos, o comentário do “*Flamingo*”, que subsequentemente informava a abordagem econômica do Governo de Unidade Nacional (em inglês *Government of National Unity - GNU*), parecia notavelmente precisa (Hamill *apud Toase and Yorke* 1998, 66).

O que foi particularmente notável no Cenário Mont Fleur foi a participação ostensiva de acadêmicos de esquerda, que “tendem a aumentar a credibilidade de todo o exercício” (Mohr 1992, 34). No entanto,

essa inclusão foi proposital na promoção de uma agenda particular, que aparentemente decorria do consenso, incluindo ideias que de alguma forma se encaixam dentro dos limites do que poderia ser aceito. Tal tática tinha sido praticada pela primeira vez pelo cenário *Nedcor/Old Mutual* que reuniu “um grupo eminente de economistas e pensadores políticos (incluindo vários advindos do Movimento Democrático) [combinados com] algumas visões estereotipadas manifestadas por 40 banqueiros ... [Isso] permitiu moldar algumas poucas posições progressistas em um quadro totalmente ortodoxo ... [permitindo] apresentar cenários de planejamento para grupos tão diversos como: o gabinete, o executivo nacional do ANC, a Anglo American, a liderança COSATU e do seu grupo ‘Economic Trends’, o Departamento de Planejamento Econômico da ANC e similares” (Bond 1996, 20). Tais esforços mantinham a tendência do ANC para a direita.

As intervenções do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial

O envolvimento das duas mais poderosas instituições financeiras internacionais na transição foi notável. Durante todo o período de transição “a liderança do ANC veio sob a pressão implacável do Fundo Monetário Internacional [e] do Banco Mundial... a abandonar a sua proposta de investimento interno em favor de uma leva de investimentos mais “relistas”, uma estratégia de crescimento orientado para a exportação” (Murray 1994, 21). Embora membros de esquerda dentro do ANC tivessem avisado sobre ficar muito perto de tais agentes de vigilância e controle, “ativistas do ANC foram enviados para Washington DC para um curso de familiarização no Banco Mundial e voltaram sem algumas de [suas] bagagens de cisma” (Waldmeier 1997, 255).

Isso ocorreu dentro de um contexto em que o então chefe da Bolsa de Johannesburgo cinicamente comentou que o ANC “deve falar com pessoas, como economistas competentes do FMI. Se eles forem para Washington, de repente, eles irão descobrir que estão fazendo o que todo mundo está fazendo, que é privatizar e reduzir a participação do Estado na economia” (*South African Labour Bulletin* 1996, 23). Claro que, nessa fase, os conselhos do Banco Mundial e do FMI foram oferecidos - e aceitos. As medidas não foram impostas a um movimento de libertação dócil, mas foram procurados pela liderança do ANC. Tal entendimento indica que o Banco Mundial e o FMI estavam, na melhor das hipóteses, pregando pela dúvida, e na pior das hipóteses, convertendo-os.

Ao longo desse período, uma infinidade de projetos de pesquisa

financiados pelo FMI e Banco Mundial correspondiam e aperfeiçoavam o mesmo projeto. Enquanto o FMI entregou fortes liminares sobre o que era “razoável” e “realista”, no início do processo de transição, o Banco Mundial iniciou discussões com o ANC, criando um cenário onde “grandes empresários, o FMI e o Banco Mundial [eram], cada vez mais, influentes nos altos escalões da liderança do ANC” (Von Holdt 1992, 34). De acordo com um analista, “mesmo para os padrões do Banco Mundial”, a presença do Banco na África do Sul durante este período representou “um esforço... grandiosamente incomum” da corporação, e o Banco teve considerável acesso às elites do ANC (Padayachee *apud* Michie and Padayachee 1997, 30). De fato, mais tarde um representante do Banco Mundial se vangloriou de que “este é o único país no mundo onde falamos com a oposição” (*Business Day* 15 de agosto de 1994).

Uma das principais táticas do Banco era “ganhar acesso aos tomadores de decisão política mais importantes [do ANC], permitindo assim que a equipe do Banco acelerasse a reforma e influenciasse o caráter [da política econômica do ANC por meio da reserva de] um lugar na mesa política” (Berg and Batchelder, 1985). Os esforços do Banco para influenciar o ANC foram evidentes, frequentemente trabalhando em conjunto com o empresariado. Este processo incluiu um influente relatório que contribuiu para o debate sobre a eventual adoção de políticas ortodoxas por parte da organização.

A *Redução da Pobreza*, do Banco Mundial, tornou-se o início de um profundo processo de coerção e consentimento – pressão e “construção da confiança” - com o ANC. O relatório combinava elaborados inquéritos sobre a situação econômica de Pretória “com algumas diretrizes neoliberais, que muitas vezes eram contrabalanceadas pela incorporação de alguns aspectos do pensamento progressista” (Berg and Batchelder 1985). De fato, o Banco ironicamente se inclinou para um ponto de vista mais progressista do que fizeram muitos “chefes da indústria” sul-africanos e seus cenários.

A paixão pelas normas do neoliberalismo invadiu a imprensa da África do Sul, não obstante, analistas recomendavam abertamente a implementação de programas de ajuste estrutural no estilo do FMI. Como lembrou o editorial aos leitores, no *Business Day*, o “FMI vai querer medidas como a liberalização da moeda, redução dos gastos do governo, corte nos subsídios às empresas com ações mais valorizadas, privatização de ativos estatais e rebaixamento dos cartéis ativos e outros mercados. Alguns vão se queixar pela perda de soberania, mas teríamos empreendido estas reformas anos atrás se não tivéssemos sido impedidos por interesses adversos... temos sido incapazes de fazer as reformas que nos dariam um crescimento de 6%. Talvez o FMI possa ajudar” (*Business Times* 21 de agosto de 1994).

Emburguesamento como rendição

Pelo menos desde 1992, as elites do ANC estavam ativamente buscando apaziguar o capital nacional e internacional. Ao passo que o processo de negociação avançava, as deliberações das elites do ANC com os seus militantes e seus aliados de esquerda eram irregulares. Em particular, as ligações entre os principais negociadores do ANC e os especialistas econômicos de esquerda do partido estavam praticamente cortadas. Como a elite começou a aderir rapidamente à linha hegemônica, os pronunciamentos do ANC começaram a apresentar a necessidade de garantias de direitos de propriedade e privatização. Tais garantias deveriam ser fundamentadas no direito constitucional e seguiriam o que foi denominado o “novo constitucionalismo” do neoliberalismo que “privilegiava os direitos de cidadania... ao capital corporativo e aos grandes investidores” (Gill 1998, 23).

Tais bases para a África do Sul pós-*apartheid* tinham sido fortemente exigidas pelo empresariado e articuladas pelo apelo da Câmara Sul-Africana de Negócios para o projeto de lei constitucional, referida como “uma forma de proteger os privilégios das minorias, em vez de ampliar a liberdade da maioria” (Adelman 1990, 34). Esta opinião teve eco na afirmação de Habibs (1998, 225) de que um dos resultados da transição foi o “compromisso, por parte do ANC, em gerenciar e instaurar o seu programa de reconstrução econômica no âmbito de uma economia de mercado. Isso foi retratado em uma série de cláusulas do Projeto de Lei dos Direitos, que reconhecia o direito dos indivíduos à propriedade e a acumular capital, assim como dispensá-los como desejassem”. Em suma, essa determinação estabeleceu os parâmetros de todos os programas econômicos pós-*apartheid*.

Tais movimentos, por sua vez, marcaram “uma mudança das políticas que [teriam sido] moral e politicamente corretas, mas que [teriam] causa [do] forte reação adversa de poderosos interesses locais e internacionais” (Kentrige 1993, 10). Com efeito, os projetos de orientação política do ANC, de abril 1992, não faziam qualquer referência aos limites mais elevados para os impostos das grandes corporações e sugeriam privatização de alguns elementos do setor público, ao mesmo tempo, em que abandonavam qualquer tentativa de reestruturação do setor financeiro.

Embora os elementos da esquerda e, em particular da COSATU, tentassem conter a tendência para a direita, durante as eleições democráticas de 1994, o debate macroeconômico passou a ser amplamente destacado. É extremamente difícil precisar quando isso realmente ocorreu, pois a dinâmica interna do ANC no que concerne ao debate sobre a política econômica e sobre sua retórica, era complexa e, muitas vezes, contraditória.

É inútil tentar corrigir um período no qual o ANC supostamente estava “ligado” ao neoliberalismo, embora a sugestão de que “o terreno para o comprometimento macroeconômico foi preparado entre 1990-1993”, não é irracional (Bond 1996, 16). Certamente, “no final de 1992 a nacionalização efetivamente deixou de ser uma opção na agenda econômica do ANC” (Habib and Padayachee 1999, 8).

Pronunciamentos das elites do ANC indicaram muito cedo a transição para sua reconciliação com as amplas normas do discurso hegemônico. Por exemplo, quando Mandela falou na reunião do Fórum Econômico Mundial (FEM), em Davos, Suíça, em fevereiro de 1992, sua retórica era notavelmente um tranquilizante para as elites. Por exemplo, ele afirmou que o ANC estava “determinado a... estabelecer o clima político e social que fosse necessário para garantir a confiança das empresas e criar possibilidade de todos os investidores assumirem compromissos de longo prazo” para a África do Sul, enquanto incitando negócios para “dar-nos tempo” sobre a questão da nacionalização (*Financial Mail* 07 de fevereiro de 1992). Ao fazer isso, Mandela “criou uma boa impressão na conferência entre muitas lideranças internacionais e grandes empresários” (*Finance Week* 06-12 de fevereiro de 1992).

De acordo com um relato, a participação na FEM teve uma profunda influência no pensamento de Mandela frente às questões econômicas, no qual as elites ali reunidas e seu lobby intenso, finalmente convenceram-no do bom senso do neoliberalismo. Aparentemente, “eles mudaram meu ponto de vista completamente” - lembrou Mandela – “Eu voltei para casa para dizer: Companheiros, temos que escolher. Ou queremos manter a nacionalização e não obtemos nenhum investimento, ou modificamos nossas atitudes e obtemos investimento” (Sampson 1999, 435). Por isso, é possível afirmar que, certamente, em 1992, Mandela passou a aderir à linha neoliberal. A saber, “o ANC [foi], provavelmente, o único movimento de libertação na história a falar de disciplina financeira antes de assumir o poder” (Herbst *apud* Stedman 1994, 34).

No entanto, tal processo assegurou que as “grandes questões”, as quais por muito tempo foram as bases socialistas da África do Sul - nacionalização dos bancos, das minas e das fábricas; nacionalização e redistribuição da terra; igualdade e universalização da educação e da saúde -, [fossem] efetivamente abandonados (Harris 1993, 91-92). Simbolicamente, o novo governo do ANC manteve Derek Keys (um ex-chefe executivo da Gencor, um dos maiores conglomerados de mineração da África do Sul) como ministro das Finanças. Ao fazer isso, Mandela “encantou investidores, empresários e sul-africanos brancos... nada mais teria persuadido o mundo exterior - para não mencionar céticos sul-africanos - do seu compromisso

com a economia de livre mercado e com a moderação política” (*Financial Times* 07 de maio de 1994).

Em nossa compreensão teórica de como o GNU continuou sendo sociabilizado com as normas hegemônicas, a nomeação de Keys é bastante reveladora uma vez que ele desempenhou grande papel na difusão do neoliberalismo como “senso comum” para a elite do ANC. Como um relatório positivo do porta-voz corporativo do *Business Day* (13 de janeiro de 1993) comentou:

Podemos olhar com alguma esperança para a evolução no pensamento econômico do ANC desde a ocasião, há quase três anos atrás, quando Nelson Mandela saiu da prisão e prontamente reafirmou sua crença na nacionalização dos setores da economia. Por outro lado... Mandela [tem] desviado seu caminho para assegurar a um grande grupo de jornalistas estrangeiros (e locais) que o ANC era agora tão amigável aos negócios quanto qualquer potencial investidor estrangeiro poderia razoavelmente solicitar. Ele indicou ainda que o pensamento econômico do ANC estava sendo influenciado tanto pelo ministro das finanças, Derek Keys, e por organizações comerciais quanto por qualquer outra pessoa [grifo nosso].

Keys, mais tarde, foi substituído pelo conservador banqueiro *africâner*, Chris Liebenberg, cujo orçamento, em 1995, foi descrito como que “expressava muito o conservadorismo recém-descoberto do... governo da unidade nacional” (*Weekly Mail and Guardian* 17 de março de 1995).

Explicando o emburguesamento da elite do ANC

É vital evitar explicações reducionistas sobre a transição. A visão simplista é que o ANC chegou próximo da “realidade econômica” do neoliberalismo e discretamente abandonou suas pretensões socialistas em detrimento da ortodoxia em curso. No entanto, tal suposição concede muito mais coerência ideológica ao ANC do que jamais existiu durante seus longos anos de exílio, e também, o período de transição, no qual a organização passou por um estado de mudança contínua sobre uma série de questões, incluindo as questões de política econômica. Além disso, essa posição ignora o corpo residual da burguesia africanista aspirante dentro do ANC, que durante os anos de luta se sentiram desconfortáveis com a retórica socialista da organização. Para eles, o *emburguesamento* era uma verdadeira ambição.

Essas frações, dentro do ANC, foram audaciosamente reforçadas pelo colapso do sistema de estado socialista e pela desorganização ideológica que a esquerda sofreu. Um fator importante na mudança da política

macroeconômica da ANC - a mando do capital e seus aliados – pode ser percebida fundamentalmente desde os termos do debate ideológico, onde o ANC estava despreparado e confuso, às especificidades técnicas, em que a organização estava certamente em desvantagem (Marais 1998, 158). Exatamente como Ngoasheng (1992, 117) resumiu:

Ao passo que o DEP [Department of Economic Policy] entrou no terreno da política, logo ficou claro que esse era um terreno duvidoso. O terreno da luta tinha se deslocado para a arena da política. Por exemplo, o capital e o estado tentaram pressionar para que o ANC se concentrasse apenas em questões técnicas econômicas. O ANC tinha algo a dizer sobre o orçamento, os déficits, política fiscal e assim por diante. O Estado e as grandes empresas estavam determinados a empurrar o ANC a uma posição em que [deveriam] começar a concentrar-se em propostas técnicas para problemas que [eram] essencialmente político-econômicos.

Os esforços do ANC em conseguir respostas a tais pressões e elaborar um quadro macroeconômico coerente, foram prejudicados pela falta de atenção em órgãos como o Departamento Econômico. Este cenário foi um resultado direto da negligência de longa data do ANC na política econômica. Assim, “em termos de debate econômico, o ANC estava... claramente na defensiva no início do processo de negociação. O partido simplesmente não teve um conjunto de novas ideias e estratégias progressistas para combater essas ideias neoliberais, poderosamente propostas pelas instituições de Washington, pelos governos ocidentais, pelos interesses das empresas locais e pelo regime De Klerk” (Michie and Padayachee 1997, 228).

Este fator reforçou consideravelmente a proximidade da comunidade empresarial e seus intelectuais orgânicos que, de forma relativamente fácil, embarcavam em uma luta política e ideológica concentrada na promoção das normas hegemônicas que eles próprios haviam subscrito. Ao fazer isso, as políticas que não deveriam ser seguidas - o “Voo de Icarus” do Cenário Mont Fleur - foram amplamente rejeitadas, muitas vezes, em nível nominal técnico. Como uma análise colocou, a elite privilegiada na África do Sul era “bastante eficaz na [sua] propaganda ideológica sobre as políticas econômicas que não deveriam ser implementadas nos níveis que pudessem danificar os interesses econômicos dos ricos e dos muito ricos” (Terreblanche *apud* Van Beek 1995, 361). Isso era possível, em grande parte, considerando o fracasso de elementos progressistas dentro do ANC em apresentar uma estratégia contra-hegemônica coerente que, a nível técnico, poderia suportar a crítica fulminante da comunidade epistêmica do neoliberalismo.

Esta realidade não apenas ceifou a ala progressista do movimento de libertação, mas também encorajou a fração conservadora africanista dentro do ANC que, em conjunto com antigos parceiros ideológicos da comunidade

empresarial, rapidamente se voltaram a influenciar a política econômica do ANC. Tal jogo, excetuando as contradições históricas dentro da organização de libertação, não apenas significou que a parcela conservadora do ANC tornava-se ascendente, como também que o elemento progressivo foi essencialmente desponderado por sua incapacidade e inacessibilidade ao debate econômico. Daí em diante, e tendo por base a análise gramsciana clássica, as frações que se opunham à agenda neoliberal foram tiradas do debate pela falta de qualquer contribuição séria e rigorosa a ser feita.

Última chance

Antes da adoção definitiva do neoliberalismo pelo ANC, uma ação de concentração de capital do Programa de Reconstrução e Desenvolvimento (PRD) retirou, temporariamente, os críticos de esquerda. O PRD refletiu as ambiguidades e tensões na postura econômica do ANC ao passo que suas elites lutavam para conciliar a guinada direitista com uma base progressista de massa.

O PRD era o principal veículo para promover a reforma socioeconômica necessária, escolhido pelo novo governo pós-apartheid, e sobre o qual o ANC tinha feito campanha durante o período eleitoral, além de ser o ícone da visão para o futuro do ANC (Munslow and FitzGerald 1995, 42). Iniciado em fevereiro de 1994 e sendo o documento econômico sobre a qual o ANC disputou as eleições, o PRD foi finalmente apresentado como um quadro econômico para a África do Sul no Livro Branco do PRD, em setembro de 1994. No entanto, as diferenças entre o Documento Base pré-eleitoral, de fevereiro, e o Livro Branco pós-eleitoral, de setembro, foram bastante profundas. Este processo em si refletiu as tensões em curso dentro do ANC e as pressões do capital. No documento inicial, que foi visto como um compromisso assumido pelas elites do ANC em continuar com a COSATU e o SACP, durante o período de pré-eleição, levantou a suspeita de que “o PRD foi percebido pela liderança do ANC apenas como uma ferramenta de mobilização para fins eleitorais” (Padayachee 1998, 440). Com certeza, o movimento operário sul-africano tinha “feito sua entrada no contingente da Aliança Tripartite sobre o ANC e SACP adotando [o PRD], como a base de toda política de desenvolvimento subsequente” (Ginsburg 1996, 87).

Mesmo antes da ascensão do ANC ao poder, suas elites foram indicadas para as grandes empresas que eram “mais flexível do que a perspectiva política [do PRD]” e “claramente [não] desejavam que o PRD fosse fiel à coesão do pensamento econômico” - levantando a questão: quão genuína era a liderança do ANC em seu compromisso com o documento

PRD original? (*Finance Week* 07-13 abril de 1994). Certamente, na véspera das eleições membros importantes do ANC, como Mandela, Mbeki e Alec Erwin reuniram-se com 250 principais capitalistas no “*Sandton Summit*” para “expor os aspectos práticos da PRD do ANC à avaliação pública” ou, parafraseando de outra forma em um anúncio publicitário para a reunião, a oportunidade de “tê-los [o ANC] no café da manhã” (*Finance Week* 10-16 março de 1994). Em vez de promover o PRD, no princípio, Mandela destacou aos reunidos representantes do grande capital que a política do ANC foi “evoluindo nos detalhes” e que ele “[previa] uma parceria com os empresários fazendo sua absorção na política”, enquanto Erwin salientou que “não [era] nenhum tipo de menção ao socialismo” (*Finance Week* 07-13 abril de 1994). Esse recuo na defesa do PRD como pedra angular dos princípios da política econômica de qualquer administração pós-apartheid, reflete não só uma continuidade no desenvolvimento da postura macroeconômica geral do ANC, mas também, uma tentativa quase desesperada de cortejar o grande capital e sinalizar ao “mercado” o “lance” geral das elites do ANC.

Isso por si só foi um reflexo da crença da liderança do ANC de que “a confiança dos mercados só poderia ser mantida por um compromisso com a ortodoxia financeira e pela crença de que essa confiança era vital para a capacidade do país em atrair investimento estrangeiro” (Guelke 1999, 170). Isso foi manifestado logo após o partido assumir o poder, quando, dificultado por uma exigência constitucional, compartilhou o escritório com o Partido Nacional, “houve uma... mudança perceptível para longe da intervenção do Estado e impulsionando o PRD na direção do crescimento do setor privado” (Adams 1997, 241). Tal cenário refletiu a constante, senão linear, trajetória em direção à direita do ANC desde a sua reintegração, em 1990, que cada vez mais pressupõem “transformação na prévia manutenção das prerrogativas do capital” (*Mail and Guardian Weekly* 16 de maio de 1997).

No contexto da PRD, isso foi possível provavelmente por causa essencialmente da imprecisão, da falta de propostas econômicas concretas e da confusão semeada em torno das diferenças entre o Documento Base original e o subsequente Livro Branco, isso significou que o PRD veio “para não significar nada que alguém quer[ia] que significasse” (Rapoo 1996, 5), e poderia ser visto como “uma tentativa por parte do Governo Sul-Africano da Unidade Nacional em ser todas as coisas para todas as pessoas” (Black 1995, 544). De fato, “a tentativa politicamente motivada para manter a esquerda feliz dentro do movimento democrático... resultou em uma estratégia altamente incoerente e muito fragmentada para o desenvolvimento econômico” (Adelzadeh and Padayachee 1994, 2). Essa fragmentação em si refletiu as profundas concessões que as elites do ANC fizeram durante o seu processo de negociação para chegar ao poder e o compromisso estrutural, via nova

constituição, que forçou o primeiro governo pós-apartheid na direção do Partido Nacional, bem como dos parceiros ostensivos. Em suma, o PRD foi um documento comprometido de um movimento comprometido.

Consequentemente muitos viram como um “compromisso muito significativo com o “efeito dominó” das preferências políticas dos neoliberais do regime anterior” (Adelzadeh and Padayachee 1994, 2). O *Sunday Times* (09 de outubro de 1994) observou que “todos os sinais agora indicam que os nossos tomadores de decisão política observam que os objetivos do PRD são totalmente compatíveis com as três palavras [liberalização, privatização e conversibilidade] que tanto interessam aos homens do dinheiro”. Por exemplo, eliminando os pedidos de nacionalização - até mesmo como uma opção política - enquanto empurram para a privatização e para a “disciplina fiscal”, indicam a maneira que o Livro Branco mudou a partir do Documento Base inicial. De fato, enquanto o Documento Base argumentava que a disciplina fiscal deveria ser um meio para alcançar o desenvolvimento, o Livro Branco eleva essa noção a um objetivo. É por esta razão que até mesmo os economistas mais conservadores apoiaram o PRD, concentrando-se na “previsão de disciplina monetária e fiscal” e no uso da “concorrência interna e externa, como o elemento de disciplina no mercado para o setor privado, deixando (“o mercado”) por conta própria para o resto” (De Wet 1994, 330). Ao fazer isso, a influência dos conservadores dentro do ANC foi reforçada.

Além disso, a fraqueza do PRD foi se tornando cada vez mais evidente pela separação entre o PRD como um programa econômico, e outros aspectos da política econômica, que pareciam mais e mais evidentes (Blumenfeld 1997, 69). Em particular, as contradições que o PRD gerou no momento em que o novo governo tentava desesperadamente apaziguar o capital nacional e o capital internacional através das suas promessas repetidas *vis-à-vis* a estabilidade macroeconômica e o desejo de tornar a África do Sul “amiga-dos-investidores” colocou o PRD em um quadro econômico mais vasto “vago [e] na pior das hipóteses ... potencialmente oposto” (*ibid.*). O fato de que o próprio PRD poderia ser visto como defensor da “criação de um “ambiente propício”... para o equilíbrio macroeconômico e uma política fiscal sólida” agravando esse “coquetel de confusão” (Nattrass 1994d, 36). Ao mesmo tempo, a falta de resultados palpáveis provou ser um grande estorvo para o governo, com o ministro encarregado do PRD - Jay Naidoo - sendo ridicularizado na imprensa como o “ministro de tudo e o ministro de nada” (*Business Day* 27 de março de 1996).

Ao mesmo tempo, representantes do grande capital pediram “a rejeição do igualitarismo, que é contraproducente”, enquanto fazia um esforço extenuante para um comprometimento firme com a “privatização e um firme estancamento de gastos na saúde e na educação... para que as

dívidas oficiais possam ser reduzidas, os impostos moderados e as taxas de juro reduzidas” (*Financial Mail* 08 de dezembro de 1995). Tais chamadas refletiram a intensificação do “*lobbying* cada vez mais bem sucedido e com maior impacto sobre a liderança do ANC” (Padayachee 1998, 444). Este processo foi simbolizado pela liberação da Fundação África do Sul (FAS) do plano estratégico macroeconômico radicalmente ortodoxo chamado de Crescimento para Todos (*South Africa Foundation* 1996).

Representando um consórcio das cinquenta mais poderosas corporações da África do Sul (a empresa deve ser avaliada em mais de 2 bilhões de *rands* para sua adesão e deve pagar a taxa anual de 70.000 *rands*), a Fundação África do Sul estava “reestabelecida para difundir uma aproximação com o livre mercado” (entrevista com Terreblanche, 15 de julho de 1999). Escrito por “economistas ortodoxos e lideranças do mundo dos negócios” (*Finance Week* 7-13 de março de 1996), o documento da Fundação aprovou a chamada do capital por um envolvimento indiscriminado com o neoliberalismo pelo GNU. Integrada a essa, era a chamada da FAS para um mercado de trabalho “de dois níveis” que distinguisse entre aqueles já empregados (que permaneceriam com a regulamentação do trabalho) e os novos empregados no mercado (que estariam sujeitos a regras mais “flexíveis”). Estes novos empregados estariam sujeitos ao encerramento de suas funções “por razões comerciais”, ao passo que não teriam nenhum direito a rescisão ou a um mecanismo processual antes do afastamento. Empregadores, entretanto, possuiriam o direito de instantaneamente dispensar os trabalhadores envolvidos em greves não oficiais. Além disso, o empregador teria a obrigação apenas em implementar os padrões mínimos da legislação, enquanto que as restrições de salário mínimo seriam abolidas (*South Africa Foundation* 1996, 103). Grande parte do empresariado estava amplamente entusiasmado: por exemplo, o *Financial Mail* considerou o mercado de duas camadas “uma ideia nova” (08 de março de 1996), que era “uma tentativa genuína de apresentar uma estratégia de interesse nacional” (*Financial Mail* 15 de março de 1996).

A importância do documento *Crescimento para Todos* é de difícil avaliação, embora, certamente, Mandela - e isso é reflexo do acesso que os empresários tinham aos altos escalões do GNU – tenha dado uma apresentação privada do documento, antes de seu lançamento (*Sunday Times* 02 de junho de 1996). Tal acesso, sem dúvida, levou ao alarde do *Financial Mail* (na capa) que “Negócios Mostram o Caminho de Mbeki” com o relatório da FAS (*Financial Mail* 8 de março de 1996). Uma crítica a sua plataforma temia que “a comunidade empresarial, representada pela Fundação África do Sul, “tivesse iniciado” uma campanha bem financiada e muito divulgada para apegar-se a sua riqueza”, influenciando a elite do

ANC (COSATU, NACTU and FEDSAL 1996, 5).

Com certeza, uma análise argumentou que a sua publicação, combinada com a queda do Rand (moeda sul-africana) “aparece[u] para forçar o GNU a acelerar a produção de documento sobre o quadro macroeconômico, em parte para tranquilizar os agitados mercados financeiro e de divisas internacionais dessa prudência fiscal” (Padayachee 1998, 441). Certamente, a imprensa valorizou sua importância, considerando-a uma oportunidade de efetivamente chantagear o governo a adotar a posição neoliberal extremista do FAS, afirmando que “se o governo reage negativamente, ele irá chamar a atenção para a sua aprovação qualificada da economia de mercado, que, por sua vez, irá desencorajar o investimento, minar o Rand e bloquear a economia em uma armadilha de baixo crescimento” (*Financial Mail* 08 de março de 1996). Isto em si espelhava a posição auto inflada do próprio FAS de que se o GNU ignorasse suas prescrições, “o mundo irá esquecer o milagre político em pouco tempo, porque a política econômica [da África do Sul] terá falhado” (South African Foundation 1996, 43). Tais pronunciamentos não foram feitos após um amplo diálogo com a sociedade civil, mas, ao invés disso, qualquer discussão pública séria foi restringida pela delimitação do debate as elites.

“Todos os fatores e pressões serviram para concentrar a atenção na adequação ou não da política macroeconômica do governo”, minando ainda mais o PRD (Michie and Padayachee 1997, 224) como “aqueles que queriam “limpar” a (ou seja, a sua própria) política macroeconômica para ungi-lo como oficial [e não o PRD] usando o declínio do Rand para intensificar a pressão” (*Weekly Mail and Guardian* 20 de junho de 1997). Este conjunto de determinantes rapidamente levou ao abandono do programa, no que tem sido chamado de “uma resposta de pânico a... instabilidade da taxa de câmbio e a submissão às falhas dos ditames políticos e às pressões ideológicas das instituições financeiras internacionais” (Adelzadeh 1996, 67).

Tal cenário foi agravado com os apelos das instituições financeiras internacionais, dos meios de comunicação nacionais e do capital. O *Financial Mail*, por exemplo, afirmou que as falhas da economia sul-africana foram, de fato, devido ao fracasso do PRD, e pediam sua anulação (06 de outubro de 1995). Além disso, mantendo a maior parte do velho serviço público, o GNU foi continuamente recebendo “determinados conselhos sobre questões econômicas [que eram] quase exatamente os mesmos que do regime do Partido Nacional” (Dexter 1995, 58.). Isso inexoravelmente levou a uma situação em que o governo, liderado pelo ANC, confiou demais no conselho estratégico da velha guarda (*Weekly Mail and Guardian* 02 de outubro de 1996). Isso combinado com circunstâncias em curso, na qual havia uma “contínua ampliação da ascensão de uma elite “tecnocrata” na

tomada de decisão política, compreendendo os principais ministros e altos funcionários de departamentos relevantes, juntamente com um núcleo de conselheiros acadêmicos, a maioria dos quais eram politicamente solidários com o governo, mas que quase a totalidade enfatizavam a necessidade de disciplina fiscal no centro da estratégia macroeconômica da África do Sul” (Blumenfeld 1998, 2).

Com isso em mente e com a trajetória da transição, que já foi traçada, tornava-se cada vez mais evidente que as elites do ANC tinham “internalizado as condicionalidades impostas pelo Banco Mundial e pelo FMI” (Belas 1995, 21) e de fato “abrangeram a liberalização além das exigências da OMC” (*Sunday Independent* 24 de maio de 1998). Isso foi manifestado pelo lançamento do documento Crescimento, Emprego e Redistribuição (no inglês, *Growth, Employment and Redistribution - GEAR*), pelo efetivo abandono concomitante do PRD e pela situação em que “economistas e mercados aceitaram que o governo democrático tinha abraçado o pensamento econômico dominante” (*Sunday Independent* 22 de março, 1998).

Emblema do emburguesamento: GEAR

Em fevereiro de 1996, o Vice-Presidente Thabo Mbeki anunciou uma nova estratégia para o desenvolvimento econômico do país. Embora o governo continuasse com suas palavras retóricas ao PRD, o seu escritório foi fechado e o chefe - Jay Naidoo - foi transferido. Isso rapidamente foi seguido, em junho de 1996, pelo precipitado lançamento do governo de uma nova estratégia macroeconômica sob o nome de plano de Crescimento, Emprego e Redistribuição (em inglês *Growth, Employment and Redistribution - GEAR*). Este documento ambicioso alegava que aumentaria o crescimento anual, para uma média de 4,2 por cento, criaria 1,35 milhões de empregos, até 2000, aumentaria as exportações, para uma média de 8,4 por cento ao ano e – crucialmente - melhoraria a estrutura social⁴. Essa nova política foi adotada a partir de uma acumulação de fatores: “[O] ANC, pressionado pelos conselheiros do antigo regime, pelos economistas do Banco Mundial e do FMI [e] pelos peritos empresariais... afastou a ênfase do PRD dos gastos sociais... e, em vez disso, adotou uma estratégia econômica de exportação neoliberal que enfatizou o livre mercado, a disciplina fiscal e a construção de confiança com o empresariado, para ser competitivo na economia global, mesmo que isso significasse “redução do tamanho”” (Murray 1997, 5).

Em uma tentativa de encerrar o debate, como Gramsci destaca

4 Ele não conseguiu fazer nenhum desses.

em sua discussão sobre a ideologia, o Ministro das finanças do governo imediatamente declarou que o GEAR era, em suas linhas gerais, “inegociável”. Na verdade, o GEAR foi lançado “sem qualquer qualificação [e] depois de uma discussão muito limitada” dentro do comitê executivo nacional do ANC (*Business Day* 04 de setembro de 1996), e sem qualquer discussão prévia, especialmente com os parceiros do ANC no governo - COSATU e o SACP. Até mesmo líderes do ANC não foram informados de seu conteúdo.

Escrito por uma pequena equipe de especialistas técnicos, o GEAR foi modelado com base em um modelo econométrico do Banco de Reserva Sul-Africano que foi o mesmo utilizado pelo Banco durante os anos finais do *apartheid*. Esse modelo era caracterizado como “um dos modelos mais conservadores que qualquer pessoa poderia optar por usar” (*The Citizen* 23 de julho de 1996). “[O] principal modelo utilizado nunca [foi]... tornado público e, portanto, nunca [era]... um tema de debate independente e rigoroso por economistas profissionais” (Adelzadeh 1996, 68). O modelo foi “definido por apenas ‘alguns macroeconomistas jogando em seus computadores’” (*Pretoria News* 22 de julho de 1996). Ao passo que isso era injusto, as credenciais dos autores do GEAR certamente exibiam uma profunda inclinação conservadora, como Patrick Bond escreveu: “a maioria dos dezesseis economistas que planejaram a estratégia são de instituições como o Ministério das Finanças, o Banco de Desenvolvimento da África Austral, o Banco Mundial e da *University Bureau of Economic Research*, de Stellenbosch. Suas ideologias de livre mercado provaram-se ineficazes ou completamente opressivas aqui e em todo o Terceiro Mundo” (*New Nation* 21 de junho de 1996).

A ideologia contida no documento do GEAR foi consistente com o consenso das elites do ANC sobre a eficiência do sistema de mercado e exibiu um “compromisso com políticas fiscais conservadoras, liberalização do comércio e uma mudança das despesas com consumo para as despesas de investimento” (*Business Day* 30 de Outubro 1998), composta de “ladainhas de medidas políticas que poderiam ter sido tiradas do manual do FMI” (Padayachee 1998, 442). Enquanto o novo panorama surpreendeu muitos da esquerda, dentro da aliança do ANC, finalmente ilustrou “muito claramente que o ‘senso comum’ da ortodoxia do desenvolvimento neoliberal [foi] enraizada” no pensamento do ANC (Leysens and Thompson 1994, 56), e destacou a mudança do parâmetro do desenvolvimento de redistribuição para o crescimento. Em suma, culminavam os impulsos que tinham surgido durante a transição, e, finalmente, “refletia uma mudança notável na orientação ideológica do ANC, no período de 1990 a 1996” (Terreblanche 1999, 7). Isso pode ser caracterizado como o emburguesamento da elite do

ANC.

Observações finais

Quando se compreende o desenvolvimento do pensamento econômico do ANC durante a transição, analisando resumidamente: “para todos os efeitos, a política que quase substituiu a sagrada Carta da Liberdade [isto é, o PRD] em sua visão de ordem mais justa e progressista [foi então] arquivada [e] o discurso Thatcherizante de disciplina fiscal e das forças de mercado ‘tomaram conta’ (Adam, Slabbert and Moodley 1997, 161). O próprio Mandela admitiu, mais tarde, que as pessoas “podem dizer [nossa política] é Thatcherizante, mas, a privatização é uma política fundamental do nosso governo para o país” (Pilger 1998, 606), enquanto Mbeki convidou analistas a “chamarem [no] de Thatcherista” (*Business Times* 16 de junho de 1996).

Isso, posteriormente, fez com que a imprensa da África do Sul fosse, em geral, muito favorável a sucessão pós-Mandela de Mbeki, como o *Business Day* tipicamente expressava que “Mbeki [tem] a mão sobre a política econômica GEAR, essa [é] uma mão que todo mundo quer que seja forte” como o capital esperava que “Mbeki [iria] prova-se uma figura decididamente maquiavélica, que vai usar o seu mandato para destruir o poder dos sindicatos que impede a privatização e bloqueia a liberalização necessária do mercado de trabalho e, assim, tornará mais fácil para os empregadores contratarem e demitirem [os trabalhadores]” (*Business Day* 09 de junho de 1999). Estavam certos.

Tal apoio para Mbeki e seu círculo era de longa data e voltou no período de transição, quando ele era “o queridinho do setor empresarial” e “o Homem do setor empresarial da *Shell House*” (*Sunday Times* 20 de junho de 1999). De fato, como uma biografia dele aponta, “Mbeki foi há muito reconhecido como alguém que possuía as qualidades para liderar o ANC na nova África do Sul e conseguir um compromisso histórico com a África do Sul branca e as forças do capitalismo” (Hadland and Rantao 1999, 88). Isso, em si, enlaça as aspirações da elite emergente negra, que apoiavam o emburguesamento do ANC a, posteriormente, ingressar nas fileiras de um nascente bloco histórico, compartilhando a “ideologia capitalista liberal” do domínio-branco, reforçando simultaneamente a sua base de apoio na economia (*Cape Argus* 08 de março de 1999). Como um jornal colocou, “os *buppies* [negro de classe média] estão por trás de Mbeki” (*Sunday Independent* 04 de julho de 1999).

Tal evolução estava fora das tendências da própria experiência

histórica do ANC durante os longos anos de luta, e manifestava-se mais abertamente no período de transição e posteriormente a Era pós-*apartheid*. Após 1994, a política fundamental do governo do ANC tem sido, de fato, o apoio entusiástico ao desenvolvimento de uma burguesia negra por meio de ações legislativas e administrativas (*Weekly Mail and Guardian* 21-27 de maio de 1999). Logo, “embora o ANC ainda goze de apoio esmagador da classe trabalhadora negra, suas políticas são destinadas a impulsionar os interesses da burguesia negra e da pequena burguesia, cujos interesses estão integralmente vinculados ao capital monetário [externamente orientado]” (Labour Left Collective 1998, 13).

O resultado tem sido a grande dificuldade em localizar a equidade como uma meta política explícita de Pretória pós-1994. As tentativas de reestruturação da organização social da economia política da África do Sul não foram tentadas, além do cultivo de uma elite negra ostensivamente parasitária através de programas como Empoderamento Econômico Negro (*Black Economic Empowerment*). John Saul destacou que as políticas do governo fingiram que “todos, capitalistas e favelados, da mesma forma, tinham aproximadamente os mesmos interesses e [poderiam] ser atendidos por mais ou menos as mesmas políticas” (Saul 1994, 38). Ao separar a economia da política, os interesses das elites negras emergentes - ao passo em que se tornava cada vez mais incorporada ao nascente bloco histórico - eram salvaguardados. Na verdade, a própria GEAR pode ser descrita como reflexo e reforço do emburguesamento das elites do ANC e seus aliados, a burguesia negra, que tem cada vez menos disputas com a antiga ordem social e um maior apetite de juntar-se a tal ordem.

Emblematicamente, logo após a primeira eleição não racial, a ministra da administração e dos serviços públicos, Zola Skweyiya, alardeou que “o ANC não deve coibir os negros de se tornarem capitalistas. A única questão é - como é que vamos conseguir isso?” (*Weekly Mail and Guardian* 15 de dezembro de 1995), enquanto o Vice-ministro do Comércio e Indústria, Phumzile Mlambo-Ngcuka, afirmou que os empresários negros não deveriam ser tímidos para dizer que querem se tornar “podres de ricos” (Adam, Slabbert and Moodley 1997, 201). Demasiado para “As pessoas devem participar da riqueza do país!”.

REFERÊNCIAS

“Freedom Charter”, *Third World Quarterly* 9 (2), April 1987.

Adam, H., Van Zyl Slabbert, F. and Moodley, K. 1997. *Comrades in Busi-*

- ness: Post-Liberation Politics in South Africa. Cape Town: Tafelberg.
- Adams, S. 1997. ‘What’s Left? The South African Communist Party After Apartheid’, *Review of African Political Economy* (72).
- Adelman, S. 1990. ‘Capitalising on a New Constitution’, *Work in Progress* (68).
- Adelzadeh, A. and Padayachee, V. 1994. ‘The RDP White Paper: The Reconstruction of a Development Vision?’, *Transformation* (25).
- African National Congress. 1990. ‘Recommendations on Post-Apartheid Economic Policy’, *Transformation*.
- African National Congress, Department of Economic Policy. 1990. ‘Discussion Document on Economic Policy’ Johannesburg: ANC.
- Berg, E. and Batchelder, A. 1985. *Structural Adjustment Lending a Critical View* Washington DC: World Bank Country Policy Department.
- Black, P. 1995. ‘The RDP: Is it in Good Company?’, *South African Journal of Economics* 63 (4).
- Blumenfeld, J. 1998. ‘Assessing South Africa’s Growth Strategy’, Briefing Paper (49), Royal Institute of International Affairs — Southern Africa Study Group.
- Blumenfeld, J. 1997. ‘From Icon to Scapegoat: The Experience of South Africa’s Reconstruction and Development Programme’, *Development Policy Review* 15 (1).
- Bond, P. 1996. ‘An International Perspective on the “People-driven” Character of the RDP’, *African Communist* (144).
- Bond, P. 1993. ‘Scenario Plundering’, *Southern African Review of Books* 26, July/August.
- COSATU, NACTU and FEDSAL. 1996. *Social Equity and Job Creation: A Key to a Stable Future*. Johannesburg: Nedlac Labour Causcus.
- De Wet, G.L. 1994. ‘The RDP and a Structural Problem in the South African Economy’, *South African Journal of Economics* 62 (4).
- Dexter, P. 1995. ‘The RDP’, *South African Labour Bulletin*, September.
- Gill, S. 1998. ‘New Constitutionalism, Democratisation and Global Political Economy’, *Pacifica Review* 10 (1).
- Ginsburg, D. 1996. ‘The Democratisation of South Africa: Transition Theory Tested’, *Transformation* (29).
- Guelke, A. 1999. *South Africa in Transition: The Misunderstood Miracle*. London: I.B. Tauris.
- Habib, A. and Padayachee, V. 1999. ‘Economic Policy and Power Relations

- in South Africa's Transition to Democracy', unpublished paper.
- Habib, A. 1998. "Structural Constraints, Resources, and Decision-Making: A Study of South Africa's Transition to Democracy" unpublished Ph.D. thesis. University of New York, New York.
- Hadland, A. and Rantao, J. 1999. *The Life and Times of Thabo Mbeki*. Rivonia: Zebra Press.
- Hamill, J. 1998. 'The ANC Perspective: Meeting Expectations?', in F. Toase and E. Yorke (eds.).
- Harris, L. 1993. 'South Africa's Economic and Social Transformation: from "No Middle Road" to "No Alternative"', *Review of African Political Economy* (57).
- Herbst, J. 1994. 'South Africa: Economic Crisis and the Distributional Imperative' in *South Africa: The Political Economy of Transformation* edited by S. Stedman (ed.). London: Lynee Rienner.
- Kentridge, M. 1993. *Turning the Tanker: The Economic Debate in South Africa* Johannesburg: Centre for Policy Studies.
- Koelble, T. 1999. *The Global Economy and Democracy in South Africa* New Brunswick, NJ: Rutgers University Press.
- Labour Left Collective. 1998. *COSATU, the SACP and the ANC: The Parting of the Way?*. Athlone, Cape Town: Labour Left Collective.
- Lodge, T. 1983. *Black Politics in South Africa Since 1945*. Johannesburg: Ravan Press.
- Mandela, N. 1994. *Long Walk to Freedom: The Autobiography of Nelson Mandela*. London: Little, Brown and Company.
- Manzo, K. (ed.). 1992. *Domination, Resistance, and Social Change in South Africa: The Local Effects of Global Power* Westport: Praeger.
- Marais, H. 1998. *South Africa: Limits to Change — The Political Economy of Transformation*. London: Zed Press.
- Marx, K. and Engels, F. 1935. 'The Communist Manifesto' [1848], in E. Burns.
- Matissonn, J. 1998. 'How the ANC Battled to Balance the Ideological Books', *Weekly Mail and Guardian* (Johannesburg), November 6-12.
- Mboweni, T. 1992. 'Grand Plan: Interview with Tito Mboweni', *Leadership* 11 (3).
- Michie, J. and Padayachee, V. 1997. 'The South African Policy Debate Resumes', in *The Political Economy of South Africa's Transition* edited by J. Michie and V. Padayachee (eds.). London: Dryden Press.
- Mohr, P. 1992. 'Flight Paths', *Leadership* 11 (5).

- Munslow, B. and FitzGerald, P. 1997. ‘Search for Development Strategy: The RDP and Beyond’, in P. FitzGerald, A. McLennan and B. Munslow (eds.).
- Murray, M. 1994. *Revolution Deferred: The Painful Birth of Post-Apartheid South Africa*. London: Verso.
- Murray, N. 1997. ‘Somewhere Over The Rainbow: A Journey to the New South Africa’, *Race and Class* 38 (3).
- Nattrass, N. 1994a. ‘Politics and Economics in ANC Economic Policy’, *African Affairs* 93 (372).
- Nattrass, N. 1994d. ‘The RDP White Paper: A Cocktail of Confusion’, *Indicator SA* 12 (1).
- Nedcor–Old Mutual Scenarios. 1992. *South Africa: Prospects for Successful Transition* Kenwyn: Juta.
- Ngoasheng, M. 1992. ‘Policy Research Inside the African National Congress’, *Transformation* (18).
- O’Meara, D. 1996. *Forty Lost Years: The Apartheid State and the Politics of the National Party, 1948–1994*. Randburg: Ravan Press.
- Pilger, J. 1998. *Hidden Agendas*. London: Vintage.
- Pityana, S. and Orkin, M. 1992. *Beyond the Factory Floor: A Survey of Cosatu Shop–Stewards*. Johannesburg: Ravan Press.
- Rapoo, T. 1996. *Making the Means Justify the Ends? The Theory and Practice of the RDP*, Research Report (5), Johannesburg: Centre for Policy Studies.
- Sampson, A. 1999. *Nelson Mandela: The Authorised Biography*. Johannesburg: Jonathan Ball.
- Saul, J. 1994. ‘...Or Half Empty?’, *Southern African Report* 9 (5).
- Slovo, J. 1990. ‘Has Socialism Failed?’, *African Communist*, Second Quarter.
- South Africa Foundation. 1996. *Growth for All: An Economic Strategy for South Africa*. Johannesburg: South Africa Foundation.
- Sparks, A. 1994. *Tomorrow is Another Country: The Inside Story of South Africa’s Negotiated Settlement*. Johannesburg: Struik.
- Terreblanche, S. 1999. ‘The Ideological Journey of South Africa From the RDP to the GEAR Macroeconomic Plan’, Paper presented at the Multi-Event 1999 on Transforming Public Life: Religion in the Making of Cultural Values and Public Policy, Cape Town, February 16, 1999.
- Terreblanche, S. 1995. ‘The Political Economy and Democratisation During

- the Period of Transition' in South Africa and Poland in Transition: A Comparative Perspective edited by U. van Beek (ed.). Pretoria: Human Sciences Research Council.
- Toase, F. and Yorke, E. (eds.). 1998. The New South Africa: Prospects for Domestic and International Security. Basingstoke: Macmillan.
- Von Holdt, K. 1992. 'Strategy and Tactics: Karl von Holdt and Devan Pillay', in A. Callinocos.
- Von Holdt, K. 1992. 'What Is the Future for Labour?', Southern African Labour Bulletin 16 (8).
- Waldmeir, P. 1997. Anatomy of a Miracle: The End of Apartheid and the Birth of the New South Africa. Harmondsworth: Penguin.
- Ward, A. 1998. 'Changes in the Political Economy of the New South Africa', in F. Toase and E. Yorke (eds.).

RESUMO

Este artigo se propõe a analisar o processo de emburguesamento (*embourgeoisement*) existente na África do Sul pós-apartheid. Compreendendo *embourgeoisement* como um processo que postula a migração de pessoas para as fileiras da burguesia, argumenta-se que os eventos iniciais da década de 1990 que marcaram o fim do regime do regime do *apartheid* também podem ser interpretados como um conglomerado de forças sociais e político-econômicas que estimularam as elites do CNA a não se voltarem a reestruturação da política econômica da África do Sul. Feito isso, conclui-se que não há uma clara tendência da política sul-africana pós-1994 em se pautar na equidade social.

PALAVRAS-CHAVE

África do Sul; Congresso Nacional Africano; Emburguesamento; Política econômica sul-africana.

Recebido em 06 de dezembro de 2015.

Aprovado em 29 de abril de 2016.

Traduzido por Caroline Assis